

A PRESENÇA EVANGÉLICA NA POLÍTICA ATUAL E O ESTADO LAICO NO BRASIL

THE EVANGELIC PRESENCE IN CURRENT POLICY AND THE LAY STATE IN BRAZIL

Franc Casagrande da Silva¹

Resumo: Objetivo deste artigo é analisar a agenda política sugerida pelos evangélicos na última eleição presidencial no Brasil. Concomitantemente à agenda religiosa aceita pelos candidatos ao pleito federal, sublinha-se aqui a organização entre as diferentes instituições evangélicas brasileiras. Ao sublinharmos a organização dessas diferentes denominações evangélicas brasileiras, analisa-se a uniformidade do discurso entre as instituições, sejam históricas ou pentecostais. Sobre esse aspecto surge outro objetivo do artigo, mostrar a eficiência da militância pentecostal frente às demandas morais de suas agendas. Para sustentar os argumentos levantados no artigo, foram consultados textos basilares sobre o tema “ascensão da bancada evangélica na política brasileira”, bem como artigos publicados, de áreas de conhecimento afins, a saber, jornalismo, Ciências Sociais e política. Na análise final do artigo aponta-se para a secularização tardia, e essa, sistematicamente negada pelos evangélicos, sobretudo pelos pentecostais. Com isso, as igrejas pentecostais perpassam pelo processo de contextualização social, ou seja, as instituições pentecostais estão olhando com atenção para a política e simultaneamente para suas igrejas procurando alguém que possa lhe representar na esfera política. Para futuras pesquisas, será considerada uma análise dos discursos e da linguagem evangélica, usada nessa última eleição, pois, em 2020 teremos eleições municipais. É possível que a evangelização política, nos pleitos municipais, seja ainda mais eficaz.

Palavras-chave: política; evangélicos; eleição; Brasil; pentecostais

Abstract: The purpose of this article is to analyze the political agenda suggested by evangelicals in the last presidential election in Brazil. Concomitantly with the religious agenda accepted by the candidates for the federal election, the organization among the different Brazilian evangelical institutions is emphasized. By underlining the organization of these different Brazilian evangelical denominations, we analyze the uniformity of discourse between the institutions of evangelical faith, whether historical or Pentecostal. From this aspect arises another objective of the article, to show the efficiency of Pentecostal militancy in face of the moral demands of its agendas. To support the arguments raised in the article, basic texts were consulted on the theme: rise of the evangelical bench in Brazilian politics, as well as published articles from related fields, namely, journalism, Social Sciences and politics. In the final analysis of the article we point to late secularization, which is systematically denied by evangelicals, especially Pentecostals. With this the Pentecostal churches go through the

¹ Mestrando em Ciência da Religião (PUC-SP), Graduado em Ciências da Religião (USJ-SC).

process of social contextualization, that is, the Pentecostal institutions are looking carefully at politics and simultaneously at their churches looking for someone who can represent you in the political sphere. For further research, consider an analysis of the discourses and the evangelical language used in this last election, because in 2020 we will have municipal elections. It is possible that political evangelization will be even more effective.

Keywords: politics; evangelicals; election; Brazil; Pentecostals

Introdução

O presente artigo “A presença evangélica na política e o Estado laico no Brasil” propõe um olhar sobre o discurso evangélico adotado nas eleições de 2018 por muitos candidatos e principalmente pelo atual presidente da república. Além do discurso, as agendas, ou seja, as demandas e exigências das convenções evangélicas pentecostais em troca de apoio, deram números finais para a eleição de antigos e novos candidatos para o mandato 2019-2022.

De forma geral, os discursos e agendas delimitam o tema desse artigo, pois, as manifestações populares e as promessas populistas encontram-se no berço evangélico pentecostal brasileiro. A militância religiosa pentecostal mostrou seu poder de organizar-se e reivindicar suas agendas morais, sobretudo, seu lugar no Planalto Central em todas as esferas da política brasileira.

Seguindo a leitura de áreas como jornalismo, como no texto “Ascensão da bancada evangélica na política”, Andréa Dip destaca o crescimento da bancada no último pleito eleitoral nacional; no texto de Ricardo Mariano “Pentecostais e política no Brasil”, o cientista social sublinha a amálgama entre política e religião; a jornalista Luiza Damé em seu artigo “Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso” traz a análise política e jornalística do cenário que se desenha depois das eleições de 2018; o advogado Leonardo V. de Souza, no texto “O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988”, disserta sobre a construção de um pensamento laico no Brasil. Portanto, não está fora de contexto problematizar: foi Deus um eficaz cabo eleitoral? Houve de fato uma renovação da bancada evangélica?

Esse artigo objetiva-se na formulação elementar para a redação analítica sobre a presença pentecostal na política brasileira. Além de servir como estrado para um futuro texto, com mais fôlego, o atual artigo faz um tipo de leitura do contexto político brasileiro, na ótica

de um cientista da religião linear, cientista que professa a fé pentecostal, portanto, o objetivo maior é o de agnosticismo metodológico na leitura dos atuais fenômenos sociais e religiosos.

Diante dos atuais discursos e medidas tomadas pelo governo eleito, este artigo justifica-se, pois, uma voz destoante do meio pentecostal precisa ser ouvida, uma voz que tem outras coisas a dizer. A justificativa basilar do texto está na incoerência das agendas reivindicadas pela banca evangélica, pois, as necessidades particulares das comunidades de fé representadas na Câmara dos Deputados, Senado ou na cadeira da Presidência da República não condiz com a realidade social do Brasil.

Na elaboração textual, sobre “A presença evangélica na política e o Estado laico no Brasil”, foram consultados artigos de quatro áreas de conhecimento: Direito; Ciências Sociais; Jornalismo e Política. Os textos dialogaram com as aulas de Sociologia da Religião do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP, níveis de Mestrado e Doutorado.

Na elaboração do artigo procurou-se coerência metodológica de forma que as argumentações e sustentações não parecessem partidárias ou confessionais e nem antirreligiosas, dessa forma a Ciência da Religião é a ferramenta usada como catalisadora das ideias centrais dos textos. Este artigo está estruturado em dois tópicos, sendo o primeiro: Deus como cabo eleitoral nas eleições de 2018, que trata da escalada dos evangélicos pentecostais na política brasileira. O segundo tópico: a renovação da bancada evangélica nas eleições 2018, objetivando analisar os números de parlamentares de confissão pentecostal que ocupam as cadeiras no Senado e na Câmara de Deputados Federal. Esses dois tópicos são resultados de leituras sobre política, religião e a laicidade do Estado brasileiro.

1. Deus como cabo eleitoral nas eleições de 2018 para presidência da república

Por muito tempo os evangélicos brasileiros vêm se organizando como bancada no cenário político brasileiro. Na última década houve um crescimento de 30% chegando ao número de 90 parlamentares, seguindo o aumento de 60% dos evangélicos conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000-2010), assim formando hoje a direita cristã. Essa direita cristã é formada por uma pluralidade denominacional, isto é, senadores e deputados federais eleitos para representar e cumprir as agendas de seus eleitores, das mais várias nomenclaturas de igrejas evangélicas brasileiras conforme Andréa Dip (2016). Esse movimento político entre os evangélicos brasileiros não teve início no último pleito

eleitoral, mas já no período de redemocratização do Brasil na década de 1970, o que já sublinhou COWAN (2014):

De fato, essa prefiguração havia começado na década de 1970, quando a redemocratização teve início. Conforme a abertura progredida, alguns evangélicos modificaram o que tinha sido uma rejeição liturgicamente difusa e preventiva em relação às coisas “do mundo” (em oposição às coisas de Deus). Nesta encruzilhada crucial, os líderes de vários ramos adotaram a linguagem da existência de uma aguda crise moral, preparando as bases o avanço de uma direita evangélica que surgia para parecer-se com o que, em outras partes do hemisfério, seria chamado de uma nova direita – uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem estar social (COWAN, 2014, p. 104).

Para continuar o texto e para que haja clareza conceitual, vamos adotar o termo Campo Religioso à Brasileira. Não estamos desconsiderando aqui o que Pierre Bourdieu já definiu enquanto conceito. Conforme BOURDIEU (1983, p. 119) “[...] um espaço — o que eu chamaria de campo — no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”. O campo religioso à brasileira refere-se ao modelo e práticas que as denominações evangélicas, sobretudo as pentecostais, usam na conquista de território geopolítico no Brasil atual.

No campo religioso de BOURDIEU, os atores principais são padres, feiticeiros e profetas, e entre esses há uma batalha campal em defesa de suas verdades religiosas. No campo religioso à brasileira o olhar não está no protagonismo do líder religioso e suas verdades, mas qual líder a massa está seguindo. Conforme explicado acima, nesse modelo de campo religioso os líderes “dançam conforme as músicas tocadas pelo povo”, ou seja, as igrejas evangélicas escolhem em qual político evangélico votarão e não apenas o indicado pelo pastor.

No atual campo religioso à brasileira as lideranças evangélicas, e sobretudo as pentecostais, têm suas forças gerenciais na possibilidade de contornar as tradições religiosas, pois, essas não dão conta da realidade das grandes igrejas. Temas como o divórcio, segundo casamento e o capital estético, popularmente conhecido como usos e costumes não estão mais nas pautas das reuniões convencionais, reuniões essas que deliberam sobre os estatutos externos e internos das igrejas evangélicas pentecostais. Isso explica o crescimento desse movimento que se adéqua à realidade do campo religioso à brasileira. Conforme MARIANO (2018, p. 122) “[...] igrejas — Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Universal do Reino de Deus — concentram 74% dos pentecostais, ou 13 milhões de pessoas (no ano 2000)” O autor deixa claro, ao expor esses números, a relevância política que esse movimento religioso tem no cenário político brasileiro atual.

Com o vertiginoso crescimento dos evangélicos pentecostais no Brasil, as ações de representatividade política por esse segmento religioso ecoam nos discursos dentro e fora das igrejas. Conforme mencionado pelo autor, ao reproduzir o jargão, “o Brasil é do senhor Jesus”, os pentecostais iniciam uma batalha contra o mundo que odeiam, mas querem governá-lo, em nome de um ideal profético, pois “feliz é a nação cujo Deus é o senhor”. Em nome desse ideal a bancada evangélica direciona suas ações, “Por sua vez, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), encabeçada pelo deputado e pastor João Campos, agrega mais de 90” (DIP, 2016, p. 2).

É interessante, aliás, destacar o crescimento dos parlamentares com discurso conservador, mas há um fato que se sobrepõe ao discurso conservador desses parlamentares, a saber, a confessionalidade do discurso desses políticos. Mesmo assim, não parece haver razão para que o desmonte da laicidade do Estado seja combatida, conforme explicado acima, o discurso é a imediata ferramenta para alcançar as massas. Sinal de que há, enfim, uma direita religiosamente conservadora que ganha um rosto, visando a presidência da república. De acordo com CONRADO:

A união, a relação de Bolsonaro com o segmento evangélico se adensaram por meio de enfrentamentos partilhados com a Frente Parlamentar Evangélica, no contexto da visibilização de controvérsias em torno de pautas morais vis-à-vis a agenda de direitos humanos, e protagonizadas em certos momentos do debate parlamentar da última década. Tal adensamento se construiu na medida da aproximação e apropriação do discurso que os evangélicos conservadores têm chamado de “defesa da família” e contra a “ideologia de gênero” dos movimentos feminista e LGBTI (CONRADO, 2019, p. 2).

Ao lermos essas afirmações e descrições, pode parecer para quem é de fora do movimento evangélico pentecostal, algo sem conexão ou sem sentido. Contudo, o autor deixa claro que as agendas religiosas se tornaram assuntos basilares que pavimentaram o caminho do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, que usou um texto bíblico do novo testamento no evangelho de João capítulo 8, versículo 32 “conhecereis a verdade e a verdade vós libertará” como grito de guerra contra a corrupção. Tomou como objetivo de seu governo temas que perpassam pelo conceito religioso de sociedade, como: a liberdade de gênero e o aborto. Segue o registro do jornal O Estado de S. Paulo:

O remédio adotado por Bolsonaro foi voltar a fincar pé na plataforma conservadora que sustenta restrições ao atual modelo de sociedade e costumes, segundo conceitos religiosos contrários ao aborto e a liberdade de gênero, além de manter o culto com leigos, repetidos há anos por ele e seus aliados mais próximos, a personagens polêmicos dos tempos da ditadura. (REZENDE e PEREIRA. ESTADO DE S. PAULO, 2018, Política, p. 3).

Os temas de cunho moral, adotado pela direita evangélica não é uma novidade, pois entre as décadas de 1970 e 1980, pentecostais assembleianos e protestantes batistas declaravam a decadência moral do Estado, porquanto seus jovens, segundo COWAN (2014), estavam sendo transformados em “delinquentes da modernidade e da sexualidade”. Para combater tal processo, usavam os meios de comunicação que tinham em seu poder: rádio, folhetos e sobretudo o Mensageiro da Paz, jornal mensal que circulava e circula entre os pentecostais. Segue o que autor sublinha:

Os leitores assembleianos parecem ter compartilhado, se não ultrapassado, as angústias morais veiculadas em seu jornal. Cartas ao editor, em 1977, queixavam-se de tudo, desde a legislação do divórcio, passando pelas “fotografias com ‘cabeludos’”, até as questões dos cabelos, das mulheres, das maquiagens e das saias longas (ou não suficientemente longas) das mulheres. Até as propagandas pareciam provocar um determinado reacionarismo entre os assembleianos comuns. A promoção das Conferências de vida abundante”, uma reunião de oração liderada pelo Pastor Édino Fonseca, centrava-se nos medos em relação aos jovens e nos problemas morais urgentes. O anúncio mostrava um adolescente bem cuidado, certamente nada cabeludo, num terno elegante, com óculos, segurando uma bíblia. Abaixo da foto, o texto encorajava os participantes em potencial a pedir ajuda ao pastor para lidar com as “crises” que afligiam os brasileiros. Fonseca prometeu: Mensagens que transformarão sua vida. Guerras. Aborto. Drogas, Feitiçaria. Crise Econômica. Frieza Espiritual. Homossexualismo. Se estes assuntos o chocam Vá Ouvir o Servo de Deus, Pastor Édino Fonseca (COWAN, 2013, p. 114).

Portanto, na campanha à presidência da república de 2018, “Deus foi o cabo eleitoral eficaz”, pois, a massa ouviu o que de fato queria ouvir. A agenda da direita religiosa foi vencedora nas urnas, mas, isso não garante que serão atendidas, pois, atualmente o Supremo Tribunal Federal (STF) tornou crime de racismo a homofobia. Juntamente ao decreto o atual presidente do Brasil em seu discurso diz que chegou a hora de ter um evangélico no STF.

2. A renovação da bancada evangélica nas eleições 2018

A bancada evangélica cresce após as eleições de 2018. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tendo como fonte o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), constatou que em 2014 eram 75 deputados que confessaram a fé evangélica. Em 2010, eram 73 a quantidade componente da bancada evangélica na Câmara Federal. Em 2018, as urnas reforçaram a bancada no Congresso Nacional, isto é, passaram a ser 84 deputados federais e sete senadores que se autodenominam evangélicos. De acordo com Luiza DAMÉ (2018, p. 1): “Para o DIAP, integram a bancada os parlamentares que se declaram evangélicos ou se alinham ao grupo na votação de temas ligados à religião e aos costumes”.

Com base nos dados extraídos do TSE pelo DIAP, e encontrado no texto de DAMÉ (2018), pode-se constatar que há um sincronismo entre o discurso conservador e a vontade de uma quantidade relativamente grande da população brasileira. Essa leitura da sociedade revela que as agendas confessionais estão em pauta no contexto político do Brasil atual.

A similaridade do discurso conservador, por parte do atual governo, e as agendas evangélicas pentecostais, não se trata apenas de um fenômeno político. Pautas conservadoras orbitam a hermenêutica que a teologia pentecostal faz da sociedade brasileira; conforme explicado no parágrafo anterior, a demanda política de teor religioso aumenta relativamente ao crescimento das denominações religiosas, sobretudo os movimentos pentecostais.

Sendo que o pentecostalismo brasileiro vive uma espécie de “primavera pentecostal”, esse fenômeno religioso, isto é, um grupo de fé cristã não hegemônico que até as décadas de 1990 não se mostrava militante no cenário político brasileiro, o que mudou consideravelmente nos últimos 20 anos. Basta ler os dados fornecidos por Ricardo Mariano no artigo, “Pentecostais e política no Brasil”. O autor deixa claro que demandas sociorreligiosas por parte dos núcleos organizados de igrejas evangélicas, sobretudo pentecostais, a priori estão na pauta do atual governo. Conforme MARIANO (2018) “[...] nas vésperas das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988), para a qual foi eleita a famosa ‘bancada evangélica’, com 32 deputados federais, 18 deles pentecostais, sendo 13 da Assembleia de Deus”.

É importante ressaltar que o sincronismo entre o discurso conservador do atual governo federal e as vontades conservadoras da população brasileira, segundo Luiza Damé, não representam o que de fato acontece no Senado e câmara de Deputados federais, mas, em cima disso, conforme mencionado pelo autor, Ricardo Mariano, a articulação política dos blocos evangélicos pentecostais brasileiro ensaiam alianças com outras bancadas, tais como ruralista e dos militares, para que suas agendas sejam atendidas. ‘A participação política dos pentecostais, porém, não se restringe à disputa eleitoral ao legislativo’ (MARIANO, 2018, p. 6).

A melhor maneira de compreender esse processo de renovação da bancada Evangélica nas eleições 2018, conforme explicado acima, está na liberdade de organização religiosa no Estado brasileiro, fruto da laicidade constitucional do Brasil. Não se trata de favorecer uma ou outra religião, seja porque a definição de Estado Laico aqui no país tenha suas particularidades, seja porque os modelos europeu e estadunidense de laicidade demandam de suas realidades sociais diferente da brasileira. O que nos leva a lermos:

Nos países católicos do sul da Europa, temos como sociedade laica, Estado laico, ensino laico, laicidade, laicismo, laicizar, laicização impuseram-se como vocábulo que também constituíam instrumentos de luta contra a influência do clero e da Igreja

Católica e, nas suas versões mais radicais (agnósticas e atéias), contra a própria religião (COTROGA, 2006, p. 297).

Sabendo que há certa dinâmica constituinte no ideal de laicidade do Estado brasileiro, há fissuras cada vez mais profundas na edificação do pensamento laico do povo brasileiro. As eleições para Câmara Federal e Senado, mormente, para presidência da república, remove as ataduras curativas do sentimento em tratamento pelo anterior processo de laicidade; caminhava-se para um lugar de diálogo, mas agora temos discursos totalitários e reducionistas da cultura brasileira, cultura no que lhe concerne, é plurirreligiosa. Julgo pertinente trazer à tona, por exemplo, que no Brasil não há uma laicidade definida, mas, uma construção de Estado Laico. De acordo com FISCHMANN:

Assim, o caráter laico do Estado, que lhe permite separar-se e distinguir-se das religiões, oferece à esfera pública e à ordem social a possibilidade de convivência da diversidade e da pluralidade humana. Permite, também, a cada um dos seus, individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. E, decidindo por crer, ou tendo o apelo para tal, é a laicidade do Estado que garante, a cada um, a própria possibilidade da liberdade de escolher em que e como crer, enquanto é plenamente cidadão, em busca e no esforço de construção da igualdade (FISCHMANN, 2012, p. 16).

Por fim, podemos chegar à conclusão de que a renovação e aumento da bancada evangélica nas eleições de 2018 demonstram a polaridade moral no cenário político no Brasil. Logo, é indiscutível a guinada para a extrema-direita no país. Nesse sentido, é possível constatar que os sentimentos e pautas dessa direita extrema em grande número são de teor confessionais, ou seja, religiosos no poder público colocando suas demandas religiosas acima de temas como racismo, educação para todos e todas, entre outras.

Considerações finais

A elaboração deste artigo sobre a presença evangélica na política e o Estado laico no Brasil contribui com outros textos que versam sobre o tema religião e política e laicidade do Estado, pois, os recentes fatos ocorridos no contexto público merecem um olhar clínico devido os sintomas produzidos pela atual democracia brasileira.

Falando de um contexto mais amplo, os resultados das urnas mostraram a polaridade da sociedade brasileira, os discursos de ódio e amor se confundem nas mais variadas denominações do cristianismo do Brasil atual. Os pentecostais se sentem representados pelo atual governo, enquanto religiões com agendas de teor social sentem sua liberdade ameaçada.

Dentro dessa proposta chegamos ao resultado no qual o conservadorismo como regime político ecoa nas inúmeras casas que confessam ser evangélicas pentecostais, isso reflete a

atual crescente de políticos autoafirmando serem pentecostais, transitam com a bíblia em mãos nas seções da Câmara de Deputados e no Senado e particularmente o apelo presidencial para ter um evangélico no STF.

Ao analisar os textos utilizados para elaborar esse artigo, ficou claro que a laicidade do estado está ameaçada, não apenas isso, mas a própria identidade pentecostal em um processo de secularização tardia está se desconfigurando. Púlpitos se tornaram palanques; templos em comitês; pastores em cabos eleitorais; e a esperança, marca da teologia pentecostal, não está depositada em Deus, mas em um falso cristo.

Penso que para próximas pesquisas, seja considerado uma análise dos discursos e da linguagem evangélica usada nessas últimas eleições, pois, em 2020 teremos eleições municipais. É possível que a evangelização política seja ainda mais eficaz. Outro fenômeno que pode ser analisado em futuras pesquisas é o rito do batismo em águas, feito por políticos católicos, batismos por emersão, típico dos pentecostais.

Portanto, parece que os pentecostais revitalizaram seu objetivo “O Brasil é do senhor Jesus”. Mas como uma denominação, historicamente conhecida por ser contrária ao sistema, vai se adaptar ao mesmo? A resposta está no seu próprio sistema de governo eclesiástico, isto é, atos e ações da política brasileira já estão sendo reproduzidos nos bastidores das grandes denominações.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A dissolução do religioso*. In: Coisas Ditas. São Paulo, Brasiliense, 1990.

CATOGRA, F. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: NUDOC-UFC. 2005.

COWAN, Benjamin Arthur. *Nosso Terreno. Crise moral, política evangélica e a formação da 'Nova Direita' brasileira*. Varia História. Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 101-125, 2014.

DAMÉ, Luiza. *Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. 2018*. Agência Brasil. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583891-bancada-evangelica-cresce-e-tera-91-parlamentares-no-congresso> Acesso em: 24 jun. 2019.

DIP, Andrea. *Ascensão da bancada evangélica na política*. 2016. Agência Pública. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/01/a-historia-do-surgim-ento-e-da-ascensao-da-bancada-evangelica-na-politica.html> . Acesso em: 24 jun. 2019.

FISCHMANN, Roseli. *Estado laico, educação, tolerância e cidadania: para uma análise da concordata Brasil-Santa Sé*. São Paulo: Factash Editora, 2012.

MARIANO, Ricardo. *Pentecostais e política no Brasil*. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MARIANO_Ricardo_tit_Pentecostais-e-poli_tica-no-Brasil.htm . Acesso em: 24 jun. 2019.

REZENDE, Constança e PEREIRA, Pablo. *Bolsonaro Uniu Agenda Liberal ao Conservadorismo*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-uniu-agenda-liberal-ao-conservadorismo,70002568761>.

SOUZA, Leonardo. *O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988*. Factash Editora, 2012. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/02/14/o-principio-da-laicidade-na-constituicao-federal-de-1988/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

Submetido em 28/08/2019

Aprovado em 30/11/2019